



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

### CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 11/2015

#### Cód. 07 – Procurador Jurídico

1. A Constituição da República Federativa do Brasil deve ser classificada como:
  - A) formal, escrita, dogmática, outorgada, flexível e analítica.
  - B) formal, escrita, dogmática, promulgada, semi-rígida e sintética.
  - C) formal, escrita, dogmática, promulgada, rígida e analítica.
  - D) formal, escrita, dirigente, outorgada, flexível e sintética.
2. No que concerne à política urbana, pode ser afirmado que:
  - A) a política urbana deve ser planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.
  - B) a destinação de terras públicas e devolutas deve ser compatibilizada com a política urbana e com o plano nacional de controle da administração pública.
  - C) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza o Município a propor a ação de desapropriação.
  - D) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
3. Relativamente ao orçamento público, assim dispõe a Constituição Federal:
  - A) O Poder Executivo deve publicar, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
  - B) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais devem ser apreciados pelo pleno do Tribunal de Contas da União, na forma regimental.
  - C) A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá, excepcionalmente, extrapolar os limites estabelecidos em lei complementar.
  - D) O servidor que for demitido para o fim de garantir o equilíbrio das contas públicas faz jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por semestre de serviço.
4. Encontram-se legitimados para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade:
  - A) a Seção da Ordem dos Advogados do Brasil e a Mesa do Senado Federal.
  - B) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Governador de Estado.
  - C) a Entidade Sindical e o Procurador-Geral de Justiça.
  - D) a Associação Representativa de Classe Profissional e o Conselho Nacional do Ministério Público.
5. Integra(m) o Conselho Nacional de Justiça, dentre outros:
  - A) um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - B) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pelo Poder Legislativo e outro pelo Senado Federal.
  - C) um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República.
  - D) um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo Tribunal de Justiça Estadual.

6. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente:
- A) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
  - B) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
  - C) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
  - D) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
7. A citação poderá ser feita pelo correio, para qualquer comarca do País, como regra:
- A) quando for ré pessoa de direito privado.
  - B) nos processos de execução.
  - C) nas ações de estado.
  - D) quando for ré pessoa incapaz.
8. Constatando a irregularidade da representação das partes, o magistrado, suspendendo o processo, deve marcar prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho no prazo estabelecido, se a providência couber:
- A) ao réu, deve ser excluído do processo.
  - B) ao Ministério Público, deve abrir vistas à parte.
  - C) ao autor, o juiz deve decretar a nulidade do processo.
  - D) ao terceiro, deve ser reputado revel.
9. É competente o foro:
- A) da residência do alimentante, para a ação em que se postulam alimentos.
  - B) da residência da vítima, para a ação indenizatória.
  - C) do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento.
  - D) do lugar da sede, para a ação em que for réu o gestor de negócios alheios.
10. A publicidade é a regra diante dos atos processuais; correm, todavia, em segredo de justiça os processos:
- A) que se referem à posse mobiliária.
  - B) em que o exigir o interesse público.
  - C) que se reportam aos direitos disponíveis.
  - D) que dizem respeito à propriedade imobiliária.
11. Em conformidade com o previsto no Código de Processo Civil Brasileiro, o recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal e se orienta, dentre outras, pela seguinte regra:
- A) deve ser conhecido, ainda que tenha sido emitida decisão quanto a sua deserção.
  - B) deve ser interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo que o juiz estabelecer.
  - C) deve ser conhecido, ainda que tenha havido expressa manifestação no sentido da desistência do recurso principal.
  - D) deve ser admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
12. A lei que rege a locação de imóveis urbanos dispõe que poderá ser concedida liminar para desocupação em quinze dias, independentemente da audiência da parte contrária e desde que prestada a caução no valor equivalente a três meses de aluguel, nas ações que tiverem por fundamento exclusivo:
- A) a permanência do sublocatário no imóvel, extinta a locação, celebrada com o locatário.
  - B) o descumprimento do mútuo acordo, no qual tenha sido ajustado o prazo mínimo de 3 (três) meses para desocupação, contado da assinatura do instrumento.
  - C) o término do prazo da locação para temporada, tendo sido proposta a ação de despejo em até 60 (sessenta) dias após o vencimento do contrato.
  - D) o término do prazo da locação não residencial, tendo sido proposta a ação em até 60 (sessenta) dias do termo ou do cumprimento de notificação comunicando o intento de retomada.
13. Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos não podem versar sobre:
- A) cumulação indevida de execuções.
  - B) excesso de execução.
  - C) falta ou nulidade da citação, se o processo não correu à revelia.
  - D) ilegitimidade das partes.

14. Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de aluguéis, ou somente de quaisquer dos acessórios da locação, deve ser observado o seguinte:
- A) havendo cumulação dos pedidos de rescisão da locação e cobrança dos aluguéis, a execução desta deve ter início após a desocupação do imóvel, caso ambos tenham sido acolhidos.
  - B) efetuada a purga da mora, se o locador alegar que a oferta não é integral, justificando a diferença, o locatário poderá complementar o depósito no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação.
  - C) os aluguéis que forem vencendo até a sentença deverão ser depositados à disposição do juízo, nos respectivos vencimentos, podendo o locador levá-los desde que controversos.
  - D) o pedido de rescisão da locação poderá ser cumulado com o pedido de cobrança dos aluguéis e acessórios da locação.
15. Apresenta-se como requisito urbanísticos para loteamento:
- A) as áreas destinadas a sistemas de circulação devem ser proporcionais à densidade de ocupação prevista pela Lei Orgânica do Município e aprovadas para a zona em que se situem.
  - B) as vias de loteamento devem se articular com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.
  - C) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, é obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 20 (vinte) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
  - D) os lotes devem ter área mínima de 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
16. Assinale a alternativa que contraria disposições legais relativas ao Microempreendedor Individual – MEI.
- A) A formalização de MEI possui caráter eminentemente econômico e fiscal.
  - B) É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica.
  - C) O instituto do MEI é uma política pública que tem por objetivo a formalização de pequenos empreendimentos e a inclusão social e previdenciária.
  - D) É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão, em função da sua respectiva natureza jurídica.
17. Impõe-se ao Comitê Gestor definir o sistema de repasses do total arrecadado, inclusive encargos legais, para o(a):
- A) União, do valor correspondente à Contribuição para manutenção da Seguridade Social.
  - B) Banco Central, do valor correspondente às contribuições relativas ao sistema bancário.
  - C) Distrito Federal, do valor correspondente ao ISS.
  - D) Estado, do valor correspondente ao ISS.
18. No que diz respeito à sociedade em conta de participação, pode ser afirmado o que segue:
- A) A falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito privilegiado.
  - B) Aplica-se à sociedade em conta de participação, subsidiariamente e no que com ela for compatível, o disposto para a sociedade simples, e a sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.
  - C) A constituição da sociedade em conta de participação depende de ato formal inequívoco e pode provar-se por todos os meios de direito.
  - D) Salvo estipulação em contrário, o sócio oculto não pode admitir novo sócio sem o consentimento expresso dos demais.
19. Assinale a alternativa que indica uma regra não aplicável ao contrato de compra e venda.
- A) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.
  - B) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
  - C) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
  - D) A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no lugar onde estiver o alienante, ao tempo da venda.
20. De acordo com expressa previsão constante do Código Civil Brasileiro, prescreve em 5 (cinco) anos:
- A) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
  - B) a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.
  - C) a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
  - D) a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.

21. São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:
- A) as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza.
  - B) as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas.
  - C) as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais.
  - D) os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
22. No que diz respeito à ação de alimentos, pode ser afirmado o que segue:
- A) A ação de alimentos é de rito especial, dependente de prévia distribuição e de anterior concessão do benefício de gratuidade.
  - B) Os alimentos provisórios fixados na inicial podem ser revistos a qualquer tempo, se houver modificação na situação financeira das partes, mas o pedido deve ser sempre processado em apartado.
  - C) Terminada a instrução, devem as partes e o Ministério Público aduzir alegações finais, em prazo não excedente de 20 (vinte) minutos para cada um.
  - D) O pedido deve ser apresentado por escrito, em 2 (duas) vias, e deverá conter a indicação do juiz a quem for dirigido, um histórico sumário dos fatos e deve vir acompanhado dos documentos comprobatórios do alegado.
23. Em conformidade com o previsto expressamente o Estatuto da Cidade, apresentam-se como instrumentos da política urbana inseridos no contexto do planejamento municipal:
- A) a contribuição de melhoria e a regularização fundiária.
  - B) a desapropriação e o direito de preempção.
  - C) o plano diretor e o zoneamento ambiental.
  - D) o direito de superfície e a outorga onerosa do direito de construir.
24. Para fins de desapropriação, consideram-se casos de utilidade pública:
- A) a grave perturbação da ordem pública e a exploração dos serviços públicos.
  - B) o estado de defesa e o socorro público em caso de calamidade.
  - C) o estado de sítio e a salubridade pública.
  - D) a segurança nacional e a defesa do Estado.
25. Uma agência executiva e uma organização da sociedade civil de interesse público integram, respectivamente:
- A) a Administração Pública Direta e o Terceiro Setor.
  - B) a Administração Pública Indireta e o Terceiro Setor.
  - C) o Terceiro Setor e a Administração Pública Indireta.
  - D) o Terceiro Setor e a Administração Pública Direta.
26. Com relação às hipóteses e poderes administrativos abaixo citados, assinale a alternativa correta.
- I- Edição de Portaria da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) disciplinando a portabilidade de telefones celulares.
  - II- Emissão de licença para construir.
  - III- Emissão de alvará para comércio ambulante em vias públicas.
  - IV- Interdição de estabelecimento comercial em virtude de questões de ordem sanitária.
- A) Poder Regulamentar; Poder de Polícia; Poder Hierárquico; Poder Disciplinar.
  - B) Poder de Polícia; Poder Discricionário; Poder Vinculado; Poder Disciplinar.
  - C) Poder Normativo; Poder Vinculado; Poder Discricionário; Poder de Polícia.
  - D) Poder Hierárquico; Poder Regulamentar; Poder Normativo; Poder de Polícia.
27. A motivação não é exigível para a consubstanciação dos atos administrativos:
- A) que agravem ou imponham encargos ou deveres.
  - B) que impliquem na exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão.
  - C) que declarem a inexigibilidade ou dispensem o procedimento licitatório.
  - D) que decidam processos administrativos disciplinares que não impliquem em aplicação da pena de demissão.
28. Uma das formas de extinção do contrato de concessão é a denominada "caducidade", a qual pode ser definida como sendo:
- A) a rescisão do contrato por iniciativa da Administração em razão da inexecução total ou parcial por parte do concessionário.
  - B) a retomada do serviço público pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.
  - C) aquela que decorre do inadimplemento do poder concedente e onde a interrupção da prestação do serviço público depende de decisão judicial transitada em julgado.
  - D) aquela que decorre da constatação da existência de uma ilegalidade, e que implica na responsabilização de quem tiver dado causa ao vício.

29. A Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes preceitua que a Educação Infantil deva ser ministrada:
- A) em parceria com a alfabetização de jovens e adultos, nas unidades próprias.
  - B) nas unidades municipais destinadas, igualmente, ao Ensino Fundamental.
  - C) nas creches municipais e outras comunitárias, em regime de parceria ou convênio.
  - D) em parceria com entidades privadas, com especial atenção para a Educação Especial e Inclusiva.
30. A Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes estabelece que as emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual ou de créditos adicionais somente poderão ser aprovadas quando:
- A) indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, incluídos os que incidem sobre os serviços da dívida.
  - B) compatíveis com o planejamento anual e a legislação tributária aplicável.
  - C) Indiquem os recursos imprescindíveis, admitidos apenas os oriundos de anulação de despesas, incluídos os que incidem sobre dotação para pessoal e seus encargos.
  - D) relacionados com a correção de erros ou omissões.
31. O Estatuto do Servidor Público Municipal de Mogi das Cruzes considera, para efeito de cômputo do tempo de serviço público efetivo, os afastamentos em virtude de:
- A) licença por motivo de doença em pessoa da família.
  - B) exercício de cargo e função de chefia ou direção, a critério da Administração Pública Municipal, em serviço da União.
  - C) licença para tratar de assuntos particulares.
  - D) licença para atividade política.
32. Consoante o disposto no Estatuto do Servidor Público Municipal de Mogi das Cruzes, conta-se apenas para efeito de disponibilidade e para aposentadoria, desde que haja contribuição previdenciária:
- A) a licença à gestante, à adotante, maternidade e paternidade.
  - B) o tempo de serviço público prestado à autarquia municipal vinculada ao Município de Mogi das Cruzes.
  - C) o tempo de serviço em atividade privada, vinculada ao regime geral da Previdência Social.
  - D) a licença-prêmio por assiduidade.
33. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas deve observar o seguinte:
- A) a demonstração das variações patrimoniais deve conferir destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.
  - B) a disponibilidade de caixa deve constar de escrituração detalhada, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e consignados de forma conjunta.
  - C) a despesa e a assunção de compromisso devem ser registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.
  - D) as demonstrações contábeis devem compreender as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excluindo-se a empresa estatal dependente.
34. Não se apresentam como instrumentos de transparência da gestão fiscal:
- A) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
  - B) o incentivo à participação popular e as audiências públicas.
  - C) as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
  - D) os sistemas desconcentrados de administração financeira.
35. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados pela Lei de Responsabilidade Fiscal:
- A) assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, aplicando-se esta vedação a empresas estatais dependentes.
  - B) assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.
  - C) captação de recursos a título de antecipação de receita de contribuição cujo fato gerador já tenha ocorrido.
  - D) recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, incluindo-se lucros e dividendos, na forma da lei.
36. Em sede de Direito Financeiro, deve-se ter como correta a seguinte definição:
- A) Transferências de Capital são as dotações destinadas à constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
  - B) subvenções econômicas são as dotações que se destinam a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
  - C) Despesas de Custeio são as dotações para manutenção de determinados serviços, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
  - D) Inversões Financeiras são as dotações para investimentos realizadas por pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, tais como as dotações destinadas à amortização da dívida pública.

37. Relativamente ao instituto da denúncia espontânea, em sede de Direito Tributário, pode ser afirmado o que segue:
- A) A entrega da declaração de imposto de renda fora do prazo, mas antes de iniciado qualquer procedimento administrativo no sentido de exigí-la, afasta a obrigação do pagamento da multa, pela ocorrência da denúncia espontânea.
  - B) Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento relacionado com a infração.
  - C) O Superior Tribunal de Justiça considera suficiente para afastar a responsabilidade por infração tributária a confissão de débito tributário relativo a imposto recolhido por lançamento submetido a posterior homologação pela Administração Pública.
  - D) A denúncia espontânea constitui-se em instrumento de exclusão da responsabilidade em função do cometimento de alguma espécie de ilícito tributário administrativo, inserido no campo do Direito Tributário Penal.
38. No que diz respeito ao tema da parafiscalidade, assinale a alternativa correta.
- A) A parafiscalidade ocorre quando o Estado-Fisco não visa apenas à arrecadação, mas também objetiva intervir na sociedade e na seara econômica.
  - B) Configura parafiscalidade a arrecadação de recursos para entidades da administração indireta ou mesmo pessoas de direito privado que desenvolvam atividades relevantes, mas que não são próprias do Estado.
  - C) O tributo é parafiscal quando o Estado-Fisco possui como desiderato específico, singular e objetivo, a arrecadação tributária propriamente dita.
  - D) A parafiscalidade se aproxima da noção de poder de polícia ou de polícia administrativa, conceituada como a atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos fundamentais em prol do interesse social.
39. No que diz respeito ao crédito tributário, pode ser afirmado que:
- A) o processo administrativo tributário refere-se ao conjunto de normas que disciplina o regime jurídico processual-administrativo aplicável às lides tributárias deduzidas perante a administração pública. O procedimento fiscal tem caráter fiscalizatório ou apuratório e tem por finalidade preparar o ato de lançamento.
  - B) a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída; tal presunção, se manifesta de forma absoluta, visto não poder mais ser ilidida por qualquer tipo de questionamento pelo sujeito passivo.
  - C) a constituição do crédito de forma definitiva ocorre a partir do fato gerador, evento que confere à Administração pública a exigibilidade do crédito tributário, que até então não possuía essa característica, tendo natureza, não constitutiva, mas sim declaratória.
  - D) o advento do fato gerador da obrigação tributária caracteriza o início do prazo para o posicionamento do credor, abre-se o lapso temporal para que o mesmo conteste o procedimento que ensejou o seu advento, iniciando a fase de litigância em sede administrativa.
40. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:
- A) contra a honra de Ministro de Estado e do Presidente da República.
  - B) contra a administração pública, por quem quer que seja o sujeito ativo.
  - C) contra o patrimônio ou a fé pública de Autarquia Municipal.
  - D) praticados em aeronaves brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí tenham sido julgados.
41. Não se apresenta como efeito da condenação penal:
- A) a perda de cargo ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a seis meses, nos crimes praticados com violação de dever para com a Administração Pública.
  - B) a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
  - C) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
  - D) a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé do produto do crime.
42. As penas relativas aos crimes contra a honra aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:
- A) na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da calúnia, da difamação ou da injúria.
  - B) contra agente diplomático que se encontre em visita oficial representando governo estrangeiro.
  - C) contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, em todos os crimes contra a honra.
  - D) contra funcionário público, mediante paga ou promessa de recompensa.
43. A Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes garante políticas públicas em prol dos cidadãos idosos, visando instituir em seu favor:
- A) aos cidadãos com idade de sessenta anos, reserva de assentos nos veículos de transporte bem como nos espetáculos culturais, desportivos e recreativos.
  - B) aos cidadãos de faixa etária superior a sessenta anos, prioridade de tramitação de processos administrativos em que for parte interessada perante a Administração Direta e Indireta.
  - C) aos cidadãos de faixa etária superior a sessenta anos a gratuidade de transporte coletivo nas linhas urbanas e rurais de ônibus.
  - D) aos cidadãos com idade de sessenta anos, atendimento preferencial nos serviços públicos da Administração Direta e Indireta.

44. No que se refere ao Processo Administrativo Disciplinar regido pela Lei Complementar nº 82/11, identificada como o Estatuto do Servidor Público Municipal de Mogi das Cruzes, pode ser afirmado que:
- A) a sindicância é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor ou infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições em que encontre investido.
  - B) as denúncias sobre irregularidades devem ser objeto de apuração, ainda que deixem de conter a identificação do denunciante.
  - C) o processo administrativo disciplinar deve ser realizado por uma comissão composta de 3 (três) servidores escolhidos entre os de categoria hierárquica igual ou superior a do indiciado.
  - D) sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 15 (quinze) dias, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar.
45. De acordo com o expressamente preceituado na Lei Municipal Nº 1.961/70, identificada como o Código Tributário do Município de Mogi das Cruzes, interrompe-se a prescrição da dívida fiscal:
- A) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo credor.
  - B) por qualquer ato administrativo que constitua em mora o devedor.
  - C) pela inscrição do débito na dívida ativa do Município.
  - D) por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, pelo Executivo, para pagamento da dívida.
46. À direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete, dentre outras atribuições legais:
- A) o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada.
  - B) executar serviços de vigilância epidemiológica.
  - C) acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS).
  - D) coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância sanitária.
47. Para os fins previstos na Lei Nº 9985 de 2000, a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, deve ser entendido por:
- A) preservação: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.
  - B) recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original.
  - C) uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.
  - D) proteção integral: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
48. Apresenta-se como atribuição legal do Conselho Tutelar:
- A) determinar a aplicação de medida de proteção ou socioeducativa, para criança ou adolescente que tenha cometido ato infracional.
  - B) expedir certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
  - C) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
  - D) representar à Autoridade Policial para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
49. São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, dentre outros:
- A) o Registro Técnico Municipal de atividades potencialmente poluidoras e o tombamento ambiental.
  - B) a requisição ambiental e as penalidades ao não cumprimento das medidas necessárias à correção da degradação ambiental.
  - C) a servidão ambiental e a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente.
  - D) o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente e o zoneamento ambiental.
50. Não possuem legitimidade para a propositura da ação civil pública:
- A) a Defensoria Pública e o Município.
  - B) a associação constituída há menos de 1 (um) ano e o condomínio.
  - C) a sociedade de economia mista e a agência reguladora.
  - D) a empresa pública e o Ministério Público.